



Mensagem aos empregados(as)

ELETROSUL

e seus familiares

Cada pessoa empregada na Eletrosul tem conceitos formados que a motivaram a participar da paralisação realizada em 23/05/2016. O motivo da paralisação? A Eletrobras desmarcou unilateralmente a reunião de negociação do ACT e PLR agendada para o dia 25/05/2016. Teria sido só isso? Paira sobre todos os trabalhadores a ameaça de venda de ativos da Eletrosul, o que significa privatização do patrimônio, enfraquecimento da empresa pública e fragilização quanto à manutenção dos direitos trabalhistas conquistados por décadas de luta sindical. Esse fato realmente incomoda a todos, pois afeta toda sociedade e diretamente a família de cada empregado e empregada da Empresa.

Paralisar as atividades, num dia de movimento contra as ameaças que todos sofremos, é um ato de resistência em último recurso quando se esgotam as possibilidades de diálogo, com conseqüente recrudescimento das posturas dos negociadores. É também uma forma de chamar e inserir cada trabalhador na luta que é de todos. E é isso o que se fez no último dia 23, exatamente como temos feito ano após ano, a cada acordo coletivo, rompendo a inércia natural das mobilizações, seja qual for o governo ou a diretoria da ocasião.

Nesse contexto, o que pode pensar um trabalhador integrado ao movimento com relação aos demais que se eximiram de participar no dia 23? Essa é a grande questão. Os que estiveram lá fora sabem que correm o risco de ter salários com descontos e serem mal vistos por chefes e gerentes. Apesar de tudo, ainda assim, sabem que sozinhos não conseguirão vencer, pois precisam do companheirismo dos que entraram. Esse companheirismo ainda não se revelou por parte de alguns, pois entraram para trabalhar como se o movimento do dia 23 não fosse tão importante no cenário privatista que se apresenta, mesmo que não haja dúvida quanto a grande probabilidade de se concretizar. Apenas para exemplificar, a MP 727/2016 visa a um programa de venda das empresas com capital estatal. Nela se enquadra a Eletrosul.

Faz parte da história da Eletrosul o processo de privatização sofrido na década de 1990, onde centenas de trabalhadores perderam seus empre-

gos e passaram a ter um elemento de desestabilização familiar, o que lhes causou até rupturas de relações sociais. O que um trabalhador que aderiu à paralisação do dia 23 teria a dizer para outro que não aderiu? Difícil responder com precisão, mas uma das mensagens certamente é:

“Colega, venha para o lado de cá. O que fazemos aqui fora é nada menos do que defender nossos direitos e a preservação da estabilidade e conforto de nossas famílias na medida em que necessitamos de nossos empregos e renda. Mas mesmo que você não venha, ainda assim continuaremos a lutar pela Eletrosul”.

E para dar continuidade ao processo mobilização, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) deverá realizar até dia 3 de junho novas assembleias em todas as empresas da holding Eletrobras. Um dos objetivos das assembleias é deliberar por paralisação de 72 horas entre 8 e 10 de junho caso a Eletrobras desmarque novamente a reunião de negociação prevista agora para o dia 8 de junho. Os trabalhadores querem uma definição sobre o pagamento da PLR 2015, um acordo coletivo digno, sem retrocessos e reajuste salarial igual para todos. Outra deliberação importante nas assembleias será a autorização da categoria para que a assessoria jurídica da FNU/CNE ajuíze ação contra o DEST, para evitar a indevida utilização pelo governo de informações dos trabalhadores, que não guardam relação com a competência legal do Ministério do Planejamento, na formulação de diretrizes e controle da gestão das empresas estatais. As assembleias debaterão ainda a estratégia do Coletivo Nacional dos Eletricitários que busca audiência com o Ministério das Minas e Energia, para mostrar que além das questões salariais, a categoria não aceita as privatizações que se anunciam no setor.

Trabalhadores e trabalhadoras, diante da iminente possibilidade de privatizações na Eletrosul e na Eletrobras, precisamos agir agora! As ameaças em que vivemos em relação a nossos direitos, nossos salários e nossos empregos, não fazem parte de um conto de fadas, ainda que as bruxas estejam às soltas. A nossa realidade precisa ser encarada com seriedade, reflexão, união e muita disposição de luta!

“Colega, venha para o lado de cá. O que fazemos aqui fora é nada menos do que defender nossos direitos e a preservação da estabilidade e conforto de nossas famílias na medida em que necessitamos de nossos empregos e renda. Mas mesmo que você não venha, ainda assim continuaremos a lutar pela Eletrosul”

Para manter a

CELESC PÚBLICA

Em reunião com Intercel, Governador afasta privatização da empresa

Leia na pg. 2-3



APESAR DA CLT, PODEREMOS LEVAR NOSSOS FILHOS AO MÉDICO

ACT 2016 contempla maior flexibilidade para consultas médicas

Não é preciso interpretar à risca o comunicado enviado pela Eletrosul impedindo que os trabalhadores possam levar seus filhos de até 6 anos de idade ao médico mais do que 8 horas ao longo de 1(um) ano. Logicamente que a conta não considera a mobilidade urbana das grandes cidades (deslocamento ao médico) nem a incógnita berrante do que se fazer com as consultas de rotina para crianças com mais de 6 anos de idade. É fato que alguns gerentes têm permitido aos trabalhadores de suas áreas o acompanhamento de dependentes em consultas médicas para além do que a CLT estipula. Mas não são todos os que, com bom senso, enfrentam o legalismo insensível e retrógrado da CLT.

A leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente (adolescentes sim, também são lembrados) permitiria à Eletrosul, empresa cidadã, continuar trilhando um caminho de humanização, haja vista que trabalhadores são pessoas e pessoas são seres humanos e seres humanos têm filhos que também são seres humanos e, apesar desses trabalhadores seres humanos trabalharem em seus computadores, que são máquinas, não podem viver a mesma lógica binária das máquinas, uma vez que a maioria dos seres humanos cuida e é responsável por outros seres humanos suscetíveis a imprevistos de saúde que as máquinas não sofrem,

sem hora marcada, sistema computacional ou antivírus que os impeça de ter febre, tosse, falta de ar ou gripe.

A medicina preventiva e humanizada, praticada no mundo inteiro, está para o Estatuto da Criança e do Adolescente na mesma medida em que a medicina interventiva, agressiva e de último recurso está para os malogros da CLT.

Por sorte (ou por saúde), o ACT 2016 tem a prerrogativa de se sobrepor às normas ou leis de ocasião que podem prejudicar o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes. O ACT, nesse caso, é o mecanismo de negociação e pressão que, contando com trabalhadores e trabalhadoras unidos, pode superar comunicados de mau senso enviados pela Eletrosul e os cerceamentos oportunistas daqueles que recorrem a vias únicas, como a CLT. O ACT, nesse caso, pode se sobrepor à CLT e às NGs.

Lembrando que a própria pauta do ACT 2016, além de contemplar uma maior flexibilidade de horários e tempo para que os trabalhadores levem seus filhos ao médico, também prevê a aplicação imediata da lei que garante o mínimo de 20 dias de licença -paternidade aos pais trabalhadores da Eletrosul. Lei que já está em vigor, mas que nossa empresa, legalista para uns, cidadã para outros, não tem cumprido.

"O ACT, nesse caso, é o mecanismo de negociação e pressão que, contando com trabalhadores e trabalhadoras unidos, pode superar comunicados de mau senso enviados pela Eletrosul e os cerceamentos oportunistas daqueles que recorrem a vias únicas, como a CLT. O ACT, nesse caso, pode se sobrepor à CLT e às NGs"

Para manter a CELESC PÚBLICA

Em reunião com Intercel, Governador afasta privatização da empresa



Os sindicatos que compõem a Intercel em conjunto com o Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc estiveram reunidos com o Governador do Estado, Raimundo Colombo, na última segunda-feira, dia 30/05 para reafirmar a defesa da Celesc Pública. Após notícias plantadas pela mídia catarinense afirmar que o Governo via com bons olhos a privatização de empresas públicas e, com a crescente manifestação de políticos pela alienação do patrimônio do povo, a Intercel procurou o Governador para deixar claro que não aceitam a venda da Celesc.

A principal preocupação era com a Renegociação das Dívidas dos Estados com a União, encaminhada pelo novo-velho Governo Federal. A proposta prevê que Governos Estaduais possam utilizar empresas públicas na negociação, que seriam depois privatizadas pelo Governo Federal. Esta tática foi utilizada amplamente na década de 90, onde grande parte do patrimônio público foi entregue à empresas privadas, prejudicando a população brasileira.

Na reunião o Governador reafirmou que não encaminhará de nenhuma forma a privatização da Celesc. Segundo Colombo a empresa têm se apresentado como sustentável e importante para o estado de Santa Catarina, por isso não há motivos para não permanecer pública. Os dirigentes sindicais solicitaram ao Governador empenho político para a criação de uma frente parlamentar que identifique os ataques contra a Celesc e as demais empresas públicas do estado e também procure oportunidades de melhorar a situação da empresa frente ao processo de manutenção da concessão.

Apesar do momento político desfavorável para as empresas públicas o posicionamento do Governo do Estado é importante na luta contra a privatização. Os trabalhadores da empresa devem estar preparados e unidos aos sindicatos da Intercel para defender a Celesc Pública em todos os momentos.

CELESC PÚBLICA, BOM PARA TODO MUNDO!

TRIBUNA LIVRE

Ponte para o Abismo

Texto extraído de manifesto de Alessandra Cardoso, Assessora Política do INESC

Foi publicada no dia 12 de maio passado a Medida Provisória N° 727, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, criando o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

Ela lembra a Lei de 1997 que garantiu a privatização, criminosa, da Eletrosul, Companhia Vale do Rio Doce, Eletropaulo e Telebrás, por exemplo, assumiu como propósito principal “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público”. Depois de 13 anos morta pelos governos do PT ela foi reencarnada no novo corpo: o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Isto significa na prática que poderão ser objeto de desestatização todas as empresas, inclusive instituições financeiras - controladas direta ou indiretamente pela União e as estaduais -, serviços públicos objetos de concessão, permissão ou autorização. Ou seja, que deverão ser privatizadas prioritariamente aquelas já cobiçadas pelos investidores, nacionais e internacionais: Petrobrás, Caixa Econômica, Eletrobrás, o que sobrou da Eletrosul, Celesc, etc.

Para que este projeto neoliberal ressuscitado das travas seja viabilizado, a MP estabelece que as medidas de desestatização a serem implementadas serão autoritariamente definidas por Decreto e passarão a desfrutar a condição de “prioridade nacional”, tratada como tal por todos os agentes públicos de execução ou de controle. Em outras palavras, se bradamos outrora, e com razão, contra a elevação de algumas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à condição de empreendimentos de interesse nacional (acima do interesse público) seremos

agora, massacrados, por um novo e mais potente status jurídico, a prioridade nacional.

A execução dos projetos de desestatização ficará a cargo de uma nova institucionalidade comandada pela “inteligência golpista”: o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, um órgão de assessoramento imediato ao Chefe do Poder Executivo que passa a incorporar as atribuições do Conselho Nacional de Desestatização criado pela mesma Lei N° 9.491, de 1997, que esteve à frente das privatizações de FHC.

O Conselho - composto pelos ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Portos e Aviação Civil, Meio Ambiente e BNDES - será presidido por Moreira Franco, conhecido por apelidos como “camaleão” e “anjo mal”. Sua fama vinculada a licitações viciadas é tão notória quanto seus apelidos. No governo do Rio enfrentou acusações repetidas de desvios e concorrências fraudulentas.

A MP garante ainda a retirada do caminho de quaisquer empecilhos (sociais, ambientais, culturais, trabalhistas) que possam postergar ou afetar a rentabilidade esperada pelos investidores. E mais: prevê a construção de um braço privado dentro do BNDES para estruturar os projetos do PPI para que eles possam, depois, serem financiados pela parte do Banco que ainda convém que seja público, posto que lhe oferece crédito subsidiado.

Esse é o projeto político ideológico que já se anunciava na Agenda Brasil, na Ponte para o Futuro, e que agora se consolida com o golpe como a Ponte para o Passado: sem licenciamento, sem política socioambiental, sem travas e amarras, sem estado democrático de direito, sem voto popular e sem vergonha.

STIEEL

STIEEL ELEGE NOVAS REPRESENTANTES



Lariessa e Estela foram eleitas como representantes sindicais do Stieel

Após passar a fazer parte da base do Stieel, Concórdia deu um importante passo para fortalecer a representação dos trabalhadores na regional.

Os celesquianos elegeram duas novas representantes sindicais, Estela Cavalli (Titular) e Lariessa Garbossa (Suplente) participarão da organização da categoria e serão o elo dos trabalhadores com o sindicato. Em uma atividade dominada por homens é importante ver companheiras aumentando a representatividade feminina e participando ativamente da vida política de defesa dos trabalhadores.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis – SINERGIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os empregados da ENEX O&M de Sistemas Elétricos, de sua base territorial, associados ou não, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 02-06-2016 (5ª feira), às 10h30min em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, ou às 11h00min em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, no auditório do SINERGIA, sito a Rua Lacerda Coutinho, nº 149, Centro – Fpolis / SC a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Informes
- 2 - Discutir e votar proposta da ENEX O&M, com vista ao Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017.
- 3 - Encaminhamentos.

Florianópolis, 30 de maio de 2016.

Nivaldo Lang
Diretoria Colegiada



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amílca Colombo
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000
(047) 3028-2161 |
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Minc volta, ministro cai!

É SÓ O COMEÇO



Achava que o governo provisório de Michel Temer iria aguentar o tranco. Afinal, quem teve habilidade para tramar e conseguir um exitoso golpe não deve ser fraco. No entanto, foi só aumentar a pressão que o milho virou pipoca. As recentes manifestações, que se alastraram pelo Brasil, evidenciam a repulsa e descrença num governante posto goela abaixo.

O retorno do Ministério da Cultura (MINC), extinto a poucos dias, longe de sinalizar um recuo estratégico, demonstra que Temer está despreparado para governar e colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico, com justiça social. A cultura de um povo é a base de tudo! O político que não enxerga isto, é ignorante ou mal-intencionado.

Mesmo com a volta do MINC a pressão deve continuar e aumentar, uma vez que a farsa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff se escancara com as últimas notícias. A divulgação dos diálogos do ex-ministro do Planejamento Romero Jucá com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, sugerindo que o impeachment podia deter a Lava Jato, caiu como uma bomba.

Alertado sobre o risco de nomear para ministro pessoas investigadas pela operação Lava Jato, como é o caso de Jucá, o presidente em exercício desconsiderou o fato e bancou o nome de seu homem de confiança. Por essas e outras, a menos de quinze dias no comando do país, Michel Temer acumula desgaste de quem parece estar governando há muitos anos.

Como já era conhecida, a baixa popularidade de Michel, aliada às recentes medidas amargas do velho receituário neoliberal, tende a aumentar. Por mais que desconverse, a conversa do senador Romero Jucá, antes de ser aprovada a admissibilidade do impeachment da presidenta Dilma na Câmara, e que só agora veio à público, joga lama por todos os lados. .

Diante dessas notícias fresquinhas, que aqueceram o cenário político, Michel Temer terá mais dificuldades ainda de caminhar sobre a corda-bamba em que se transformou seu carcomido governo. Em minha opinião, se avizinham outros acontecimentos inesperados.

Um governo ilegítimo, só se sustenta pela força!

"A cultura de um povo é a base de tudo! O político que não enxerga isto, é ignorante ou mal-intencionado"

